



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

**INFORMATIVO Nº 256/2016 - PDC 437/2016 - INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO  
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PDC NÚMERO: 437 ANO: 2016**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?  
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☒ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_\_) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☐ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: artigo 16 da LRF, artigo 113 da LDO/2016 e Súmula nº 1/08 da CFT.**

**4. Outras observações:**

O PDC 437, de 2016, aprova o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique.

As disposições dos artigos 4º, 5º, 8º, 9º e 12 do Acordo implicam a assunção de obrigações pela União que poderão redundar em aumento da despesa pública federal, seja por meio de pagamento de diárias, passagens aéreas, realização de seminários e eventos de maneira geral, seja mediante pagamento de



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

compensação e indenizações, sem que a proposição esteja instruída com a estimativa do impacto orçamentário e financeiro de tais gastos e com a indicação da compensação correspondente.

**Brasília, 24 de outubro de 2016.**

**Sergio Tadao Sambosuke**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**